

GABRIEL DUCCINI

OS LIMITES DOS PRESSUPOSTOS  
MERCADOLÓGICOS DO DEBATE SOBRE  
O CÁLCULO ECONÔMICO NO SOCIALISMO

Recebido em 23/08/2023

Aprovado em 31/10/2023

# OS LIMITES DOS PRESSUPOSTOS MERCADOLÓGICOS DO DEBATE SOBRE O CÁLCULO ECONÔMICO NO SOCIALISMO

## Resumo

O objetivo do presente artigo é refletir criticamente, visando expor seus limites, sobre os pressupostos estabelecidos pelos participantes do debate sobre o cálculo econômico socialista que se inicia no começo do século XX. Para tanto, apresentaremos uma revisão bibliográfica do referido debate desde seus primórdios, chegando-se até a autores contemporâneos que o retomam. Procurar-se-á demonstrar que as amarras das teorias econômicas burguesas, bem como a ausência de crítica da própria forma valor, constituíram entraves para o entendimento do papel da planificação e do cálculo econômico sob o socialismo, dado que os participantes desse debate mantinham inalterada a forma social capitalista em seus pressupostos e modelos.

**Palavras-chave:** cálculo econômico socialista; economia socialista; transição socialista

**GABRIEL DUCCINI**

Mestre em Economia Política  
Mundial pela UFABC

Email: [g.duccini@hotmail.com](mailto:g.duccini@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0079-626X>

## **Abstract**

In this present article we aim to to critically reflect, aiming to expose its limits, on the assumptions established by participants in the debate on socialist economic calculation that began at the beginning of the twenty-first century. In order to achieve it, we will present a bibliographical review of the aforementioned debate since its beginnings, including contemporary authors who deal with the subject again. We will try to demonstrate that the ties of bourgeois economic theories as well as the lack of criticism of the value form itself constituted obstacles to understanding the role of planning and economic calculation under socialism, given that the participants in this debate maintained the form unchanged. capitalist society in its assumptions and models.

**Keywords:** socialist economic calculus; socialist economy; socialist transition

**JEL:** B14; B24; O21; P21

## **I. Introdução**

No início do século XX, a partir de teóricos liberais visando criticar a possibilidade do socialismo, se iniciou o que ficou consagrado na história como “o debate do cálculo econômico”, do qual participaram, de um lado, Mises, Hayek e Barone e, do outro lado, Lange e alguns “socialistas neoclássicos”. O debate partia de certos pressupostos, como a ênfase na contabilidade na coleta e distribuição de informações sociais, tendo em vista a garantia das necessidades sociais em uma economia socialista e a sua relação com os mecanismos de mercado, em termos de comparação da eficiência de ambos. Visamos neste artigo apresentar uma revisão bibliográfica do debate do problema do cálculo, apresentar autores contemporâneos que o retomam e discorrer sobre seus limites à luz do marxismo.

## **2. O problema do cálculo econômico**

Lange, visando responder as críticas de Hayek e Mises sobre a impossibilidade de realizar de modo eficiente o cálculo econômico sobre as necessidades sociais sob uma economia planificada, reconhece a necessidade do preço e do mercado como participantes em uma economia planificada, assimilando e desenvolvendo as ideias de Enrico Barone que pensou o problema da busca pelo equilíbrio geral no contexto de uma economia socialista, na qual se manteriam as categorias mercantis e a separação entre unidades de produção. Por isso Ellman (1980) argumenta que a opinião dos economistas tidos como “reformistas” do Leste Europeu, influenciados por Lange e outros participantes do debate, visavam “combinar a tomada de decisão centralizadora do Estado com um mecanismo de mercado” (p. 74).

Mises, como primeiro proponente do debate, considerava que a natureza anárquica do mercado possui algo de positivo: consegue coordenar vários milhões de decisões diferentes a partir de uma base objetiva que é o preço de mercado, permitindo uma alocação eficiente dos recursos. Ele considera que o socialismo, ao substituir essa tomada descentralizada de decisões

por um sistema centralizado planejado e que visa uma racionalidade pelo alto, é uma impossibilidade técnica, porque os planejadores não têm capacidade de fazer cálculos suficientes para uma alocação eficiente de recursos. Para Mises, todas formações sociais realizam em alguma medida “cálculos”. As formações menos complexas, portanto, conseguem realizar um cálculo “em espécie” – sem dinheiro – com menos dificuldades que economias mais complexas:

Dentro dos estreitos limites da economia doméstica, por exemplo, onde o pai pode supervisionar toda a administração econômica, é possível determinar o significado das mudanças nos processos de produção, sem auxílios à mente, e mesmo assim com mais ou menos precisão (MISES, 1990, p. 15, tradução nossa).

Mas quando se trata de economias mais desenvolvidas, com maior número de processos de decisão, isso se torna uma impossibilidade. Mises já considera pressuposto que tais cálculos serão realizados em unidades monetárias, e não em espécie, e justamente por isso que não pode existir cálculo: pois, sem a troca, não é possível determinar seu valor monetário, tornando os cálculos impossíveis de serem realizados<sup>1</sup>. Por isso Mises considera o socialismo como “abolição da economia racional”.

Se Mises parte de uma impossibilidade técnica – os planejadores não têm meios suficientes para calcular todos os milhões de processos de decisão – Hayek compreende o socialismo enquanto uma impossibilidade política e filosófica. Hayek de certa forma continuou o argumento de Mises, no sentido que parte também do papel do preço enquanto um sinal informacional para os agentes envolvidos em dado sistema econômico, mas apresentou também novos sentidos ao argumento da impossibilidade do socialismo<sup>2</sup>, ao apresentar um argumento no campo epistemológico. Hayek

---

<sup>1</sup> Para uma crítica de como Mises concebe a teoria do valor, ver PRADO (2019b).

<sup>2</sup> Camarinha Lopes (2021) enfatiza essa diferença entre Mises e Hayek, ressaltando que o último cumpriu o papel de descontinuar o debate no sentido – da posição dos socialistas – de demonstrar a possibilidade técnica da existência do socialismo, dado que como o próprio Hayek argumenta, mesmo que seja possível, ele não é politicamente desejável. É deste ponto de vista que Hayek desenvolve seu argumento, principalmente no *Caminho da Servidão*.

parte de uma base teórica que envolve o que ele chama de complexidade; Hayek combina “num mesmo argumento o velho ceticismo de David Hume com uma concepção contemporânea de complexidade” (PRADO, 2014, p. 65), no qual a razão não permite apreender o mundo em sua totalidade: “a sociedade como um todo – e o mercado em particular – aparece como um sistema altamente complexo de interação que funciona de modo espontâneo e descentralizado e que jamais pode ser conhecido suficientemente para ser deliberadamente transformado” (*ibidem*).

Para Hayek, o socialismo não é apenas uma impossibilidade técnica, mas é politicamente indesejável, por não permitir a existência do mercado como o espaço necessário, na medida em que permite essa coordenação e socialização descentralizada. Até mesmo as teorias neoclássicas de equilíbrio geral<sup>3</sup> são criticadas por Hayek – provavelmente já pensando em criticar os chamados “socialistas neoclássicos – não enquanto “formulação teórica em si mesma, mas enquanto sistema de equações que possa conter conteúdo empírico com o propósito de obter resultados práticos” (PRADO, 2019a, p. 4). O mercado é o espaço por excelência da interação espontânea e descentralizada, autônoma e automática.

O planejamento para Hayek ocorre já por meio dos mercados, não no sentido de uma alocação *ex ante* dos recursos, mas a partir da contabilidade de “planos *ex ante* desencontrados que são feitos pelos produtores e pelos consumidores de mercadorias no curto e no longo prazo” (PRADO, 2019a, p. 5), que não podem ser concentrados em uma autoridade central planejadora, por exemplo. A questão não é a inexistência de planejamento, mas sim se esse planejamento deve ser “feito centralizadamente, por uma autoridade que responde pelo sistema como um todo, ou se ele deve ser repartido

---

<sup>3</sup> Contudo, Eleutério Prado salienta: “Hayek não abandona o esquema arquitetônico da análise de equilíbrio geral: eis que a economia capitalista é apreendida ainda somente como mercado, ou melhor, agora como processo de mercado (...) [o estado de equilíbrio] é algo circunstancial que provavelmente nunca acontece, já que a cognição subjetiva não apreende com perfeição, em geral, os ‘dados’ objetivos. Mas por que, então, preocupar-se com o ‘estado admitidamente fictício de equilíbrio?’ – pergunta. ‘A sua única justificação’ – ele próprio responde – ‘é uma suposta existência de tendência ao equilíbrio’ (...) Hayek sustenta, não há dúvida, que a tendência ao equilíbrio existe nos mercados e que ela pode ser constatada empiricamente” (PRADO, 2014, p. 68).

entre os muitos indivíduos” (*ibidem*). O próprio mercado já realiza o papel da planificação<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo que a planificação estatal é considerada menos eficiente do que o próprio mercado, esse processo também é incompatível, portanto, com as liberdades individuais e autonomias dos agentes econômicos<sup>5</sup>.

Enrico Barone, partindo do equilíbrio walrasiano, contrastou essa tendência ao equilíbrio geral em uma sociedade “individualista” e uma “coletivista”, concluindo que “o sistema de equações do equilíbrio coletivista é idêntico ao do equilíbrio competitivo” (1972, p. 64, tradução nossa), portanto a tarefa de criar um cálculo para coletar as preferências de consumo e produção seria “difícil, mas não impossível” (*ibidem*, tradução nossa). O objetivo de Barone foi demonstrar justamente a inevitabilidade da emergência das categorias da sociedade capitalista, pois, conforme Barone vai desenvolvendo as equações de equilíbrio do regime socialista, “as categorias econômicas do velho regime”, como lucro, preço, salário, etc., vão reaparecendo (1972, p. 73, tradução nossa). O próprio Barone afirmou o seu objetivo crítico ao socialismo: “fica óbvio quão fantásticas são essas doutrinas que imaginam que a produção em um regime coletivista seria ordenada de uma maneira substancialmente diferente da anarquia da produção” (*ibidem*, tradução nossa).

---

<sup>4</sup> O’Neill (1989) critica Hayek por ele convergir, sem motivo, o problema da distribuição da informação (que os agentes envolvidos na produção capitalista recebem pelo preço) com a coordenação: “Dado que todas as partes envolvidas são autointeressadas, a estratégia de competitividade estável é não-cooperação: o mercado inibe o ajuste mútuo de planos (...) o problema não é simplesmente de regulação econômica *ex post* (...) Mas sim que a informação relevante para os agentes econômicos, para que sejam capazes de coordenar suas atividades, não é comunicada, e não existe mecanismo para chegar ao ajuste mútuo de planos. O mercado, em virtude de sua natureza competitiva bloqueia a comunicação da informação e fracassa em coordenar planos para ação econômica” (O’NEILL, 1989, p. 209, tradução nossa).

<sup>5</sup> Como nota Camarinha Lopes sobre *O Caminho da Servidão* (1990): “Hayek sistematicamente faz a analogia entre socialismo e fascismo/nazismo em tentativa de demonstrar que a planificação não leva a nada além da distopia. O socialismo é tratado como sinônimo de totalitarismo, a burocracia socialista é representada como o mecanismo de terror destruindo o sonho do livre empreendedorismo e o coletivismo funciona como o novo termo para todos os sistemas que questionam o liberalismo” (2021, p. 12).

Oskar Lange, por sua vez, apresenta o problema do cálculo econômico nos seguintes termos:

Para resolver o problema, precisamos de três dados: (1) uma escala de preferência que guie as escolhas; (2) informações sobre os termos sob os quais as alternativas são oferecidas; e (3) conhecimento da quantidade de recursos disponíveis. Tendo esses três dados, o problema é resolvível (LANGE; TAYLOR, 1956, p. 60, tradução nossa).

Lange portanto parte do esquema neoclássico proposto por Barone para defender a possibilidade técnica do cálculo econômico sob o socialismo. Para Lange, o marxismo era superior às demais interpretações econômicas por compreender a natureza histórica e transitória do capitalismo, sem naturalizá-lo, portanto, como as demais interpretações, desde a economia clássica, faziam. A economia neoclássica poderia cumprir um papel, pois, no reconhecimento da “avaliação subjetiva individual que é desconsiderada na tradição fisiocrata” (CAMARINHA LOPES, p. 8, tradução nossa). Por tal razão, o esquema neoclássico poderia ser útil à planificação: “como essas relações são as mesmas em todo sistema social concebível, então esse paradigma também deve ser aplicável em uma sociedade que tenta conscientemente produzir e distribuir unidades de valor de uso” (*ibidem*, tradução nossa)<sup>6</sup>.

No modelo de Lange, os planejadores conseguem reproduzir o processo de reunião de informações realizado pelo mercado através de um processo de tentativa e erro. O objetivo é ajustar a oferta à demanda para chegar a uma aproximação (ou equivalência) dos preços dos seus valores. Dessa forma, os planejadores conseguiriam consolidar um mercado de concorrência perfeita em que esses preços equivalentes, ou próximos, aos valores corresponderiam “exatamente à relação técnica de escolha de produção entre os valores de uso” (CAMARINHA LOPES, p. 9, tradução nossa). Portanto,

---

<sup>6</sup> Para uma crítica dessa concepção de Lange, ver NAYERI (2003). Essa visão da escola neoclássica como “aplicável” universalmente, não é só de Lange mas dos próprios neoclássicos, como Bohn-Bawerk. Barone também partiu dessa posição para afirmar que uma economia coletivista era possível teoricamente dentro do modelo neoclássico. Contudo, como notamos, Barone afirma que essa economia “coletivista” é possível, desde que se mantenham as categorias da sociedade burguesa como salários, preços, lucro, etc.

Lange partiu da afirmação de Mises de que o preço é um sinal informativo essencial ao cálculo, mas considera, como Barone, que o modelo de equações necessário para resolver o processo de gravitação dos preços em torno dos valores é o mesmo tanto em economias socialistas como em economias de mercado<sup>7</sup>. Portanto o preço pode ser objetivamente calculado em uma economia socialista, diferente do que Mises apontou. Como se nota, a obtenção dessa situação de equilíbrio geral se dá a partir de um contexto de competição mercantil<sup>8</sup>, mas em que os preços são fixados por uma autoridade planejadora central<sup>9</sup>.

Outra forma de elaborar a crítica ao argumento de Mises sobre a impossibilidade técnica do socialismo foram os modelos de aplicação de técnicas de programação a partir das tecnologias mais desenvolvidas da computação. Na URSS, os dois expoentes mais conhecidos desse tipo de concepção foram Kantorovich e Viçtor Glushkov. Kantorovich elaborou o método da programação linear como instrumento de planejamento econômico, com o objetivo de otimizar os recursos em prol de uma alocação mais eficiente, através de um sistema de equações.

Viktor Glushkov, por sua vez, tinha em mente um projeto cibernético de uma rede descentralizada de mecanismos computacionais que substituiriam

---

<sup>7</sup> Importante afirmar que Lange considera em seu modelo a existência de dois tipos de preço, os não-mercantis, estabelecidos pelos planejadores, e os mercantis.

<sup>8</sup> Modelos mais recentes também se desenvolveram a partir da defesa das categorias mercantis sob o socialismo, ou de formas de “socialismo de mercado”, como em NOVE (1983) e ROEMER (1994).

<sup>9</sup> Esse debate, ou ao menos a “primeira rodada”, não teve a participação apenas de Lange, Barone, Hayek, Mises, Neurath. Fábio Barbieri (2013) faz uma boa síntese das “rodadas do debate”, bem como de sua cronologia. Camarinha Lopes (2021) critica a “reescrita” da história do debate no famoso livro de Lavoie. Eduardo Martins Rao (2021), partindo da tese de Barbieri, transcreve a cronologia do debate da seguinte maneira: “O pré-debate origina-se na segunda metade do século XIX, com as publicações de Gossen (1853) e Wieser (1889), e segue no início do século XX, a partir de Pierson (1902), Barone (1908) e Cassel (1918). Nos anos de 1920, assume uma orientação mais definida com as obras de Mises (1920 e 1922), Brutzkus (1920), Weber (1922) e Taylor (1929). Na década de 1930, temos as contribuições de Dickinson (1933), Dobb (1934-1935), Lerner (1934), Hayek (1935), Robbins (1935), Durbin (1936), Lange (1936-7b e 1936-7c) e Hoff (1938). Nos anos de 1940, o debate segue com Hayek (1940), Thirlby (1946), Schumpeter (1947), Bergson (1948) e Mises (1949). Em 1953, Wiseman (1953) avança, mas a discussão será retomada apenas na década de 1980, por Nove (1983), Lavoie (1985), Kornai (1986) e Hayek (1988). Nos anos de 1990, segue com as abordagens de Bardhan e Roemer (1993), Cottrell e Cockshott (1993), Stiglitz (1994), Roemer (1994), Shleifer e Vishny (1994), Horwitz (1996) e Caldwell (1997)” (RAO, p. 115).

a autoridade de planejamento central. Esse projeto, intitulado “Ogas” (Sistema Automatizado em Todos os Estados), foi apresentado pessoalmente a Kruschov no final dos anos 50, mas foi logo abandonado em favor de outras reformas<sup>10</sup>. O plano original era implementar um “sistema computacional descentralizado, capaz de processar respostas em tempo real e fazer a simulação de dinâmicas complexas” (APOLITO, p. 5, tradução nossa). Outro projeto semelhante é o famoso Cybersin, elaborado por Stafford Beer, engenheiro britânico, no contexto do governo chileno de Salvador Allende<sup>11</sup>. Mesmo Lange também apontou a importância da computação no processo de planificação, ainda que em um estágio inicial do desenvolvimento dessa tecnologia: “Programação matemática tende a ser um instrumento essencial para um planejamento econômico ótimo de longo prazo (...) Aqui o computador não substitui o mercado. Cumpre uma função que o mercado nunca foi capaz de executar” (1967, p. 161, tradução nossa).

Modelos contemporâneos também enfatizam a tecnologia mais recente como auxiliar, ou até mesmo determinante, na planificação. Paul Cockshott e Allin Cottrell, por sua vez, elaboram um modelo de “comunismo cibernético” em que existe uma economia baseada na propriedade pública com bens distribuídos diretamente entre os produtores, mas com troca entre os bens de consumo, essa sendo realizada por certificados de trabalho equivalentes à contribuição em horas de trabalho. O papel dos planejadores aqui também é ajustar os preços de acordo com a demanda e oferta, mas Cockshott parte dos “supercomputadores” para calcular o valor-trabalho na alocação dos recursos<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Sobre isso, ver APOLITO (2020).

<sup>11</sup> Sobre a experiência chilena do Cybersin, ver MEDINA (2011).

<sup>12</sup> A importância da tecnologia computacional aqui também se dá a partir da defesa feita por Cockshott do cálculo do valor-trabalho, discordando de Lange, que, como veremos mais abaixo, defendeu a teoria do valor marginal para a alocação de recursos planificada. Cockshott sintetiza: “(...) nossa proposta pode ser descrita como ‘Marx mais Lange mais Strumilin’. De Marx assimilamos a ideia de pagamento do trabalho em ‘certificados de trabalho’ e a noção de que os consumidores podem pegar do fundo social bens que tenham um conteúdo de trabalho equivalente à sua contribuição em trabalho (...). De Lange pegamos uma versão modificada do processo ‘de tentativa e erro’, enquanto os preços de mercado para bens de consumo são utilizados para guiar a realocação do trabalho social entre os vários bens de consumo. Do economista soviético Strumilin assimilamos a ideia que, em um equilíbrio socialista, o valor de uso criado em cada linha de produção deve estar em proporção comum com o tempo de trabalho gasto” (COCKSHOTT; COTTRELL, 1993, p. 25, tradução nossa).

Morozov, por sua vez, parte da tecnologia do Big Data (2019). Para Morozov, a própria tecnologia do Big Data já estaria anulando o preço<sup>13</sup>. Contudo, como ela está a serviço dos monopólios das empresas do Vale do Silício, a sua busca é o lucro<sup>14</sup>. Esse montante informacional do qual elas dispõem é útil para um planejamento descentralizado e baseado na tecnologia da informação: “o google pode ter refutado Hayek – e confirmado a posição de seus oponentes, principalmente a do economista polonês Oskar Lange: com dados suficientes e conectividade, pode haver melhores computadores do que o mercado” (2016, s/p, tradução nossa). Para Morozov, o que deve ser feito é portanto utilizar os dados para “maximizar o bem-estar social” (*ibidem*, tradução nossa)<sup>15</sup>, de certa forma socializá-los<sup>16</sup>. Leigh Phillips e Michael Rosowski elaboram de maneira semelhante também (2019), no qual empresas como Walmart e Amazon já realizariam uma espécie de planificação não-mercantil, em nível interno, com a utilização dos algoritmos, para compreender as demandas dos consumidores e a alocação dos seus galpões e otimizar a logística de transporte de mercadorias.

---

<sup>13</sup> Morozov desdobra esse tipo de afirmação, partindo de outros autores também. Izabella Kaminska, por exemplo, em um artigo publicado no *Financial Times* citado por Morozov, desenvolve uma concepção hayekiana para criticar as plataformas do Vale do Silício: como elas estariam anulando a regulação pelo preço, estão reproduzindo as mesmas distorções do sistema soviético de planificação central, e utiliza o termo irônico “Google Gosplan”, em referência ao órgão de planejamento soviético. O mundo das plataformas do Vale do Silício se basearia em uma “elite tecnocrática fazendo planificação econômica e decisões de alocação a partir de suas interpretações subjetivas de comportamentos pessoais, *status* e privilégios, onde é justo sobrecustear e onde é justo subsidiar, ao invés de conservar os sinais de preços no mercado” (KAMINSKA, 2016, tradução nossa). Benjamin Bratton (2016) também toma esses processos de desenvolvimento de tecnologia Big Data como uma forma de planejamento e enfraquecimento dos mercados, mas, como Morozov, enxergando-os de maneira positiva: “um mecanismo de projeção, resposta, otimização e contabilidade, subordinado nem à idiocracia do mercado e nem à inércia da burocracia, mas ao apetite e expressão de uma filia algorítmica e seus usuários engajados” (2016, p. 333, tradução nossa).

<sup>14</sup> Morozov considera esse processo uma espécie de “tecnofeudalismo” (2016).

<sup>15</sup> Em uma entrevista (2015), Morozov fala em “socializar os centros de dados”: “(...) a única forma de confrontar esse poder [do Big Data] é tirar completamente os dados do âmbito do mercado, de modo que nenhuma empresa possa detê-los. Os dados seriam acumulados para os cidadãos, e poderiam ser compartilhados em vários âmbitos sociais. As empresas que quisessem usá-los teriam que pagar algum tipo de licença, e só seriam capazes de acessar aspectos da informação, e não a totalidade dela (...) Com dados suficientes pode se começar a planejar para além do horizonte do consumo individual – no nível das comunidades, bairros, cidades. É a única forma de evitar a centralização” (p. 64-65, tradução nossa).

<sup>16</sup> Rao (2021) cita outros trabalhos recentes que partem desse processo do Big Data, além dos mencionados: Daniel Saros (2014) e Mayer-SchöMBERGER; Ramge (2018), que Morozov analisa criticamente em seu artigo principal sobre sua proposta de “socialismo digital”.

### 3. Os limites do debate do cálculo

Mesmo que contenham elementos importantes a considerar, as propostas que enxergam nas atuais tecnologias de informação, em específico a utilização dos algoritmos pelas grandes empresas do Vale do Silício, não partem do problema inicial posto pelo debate do cálculo econômico: como alocar recursos de forma não-mercantil no nível geral da socialização entre os produtores. Empresas como Walmart ou Amazon não alocam bens de produção, bem como Google ou Facebook. Como afirma Bjorn Westergard (S/Aa), em uma resenha crítica ao livro de Phillips e Rosworski, “a genialidade logística da Amazon e do Walmart (...) está em resolver o problema da distribuição de bens aos consumidores através de uma rede de depósitos conectadas por variados mecanismos de transporte” (s/p, tradução nossa), mas isso não resolve o problema da alocação dos bens de produção, e a resposta de Phillips e Rosworski vai no sentido de considerar o processo de produção como o outro polo da cadeia de varejo, que Wesnergard considera “enganoso” por “confundir a distinção entre integração vertical e as complexas relações de subcontratação típicas da cadeia de produção contemporâneas”<sup>17</sup> (tradução nossa).

Aaron Benanav (2020) também considera que isso é enganoso no sentido de não partir do problema posto por Mises, cujo “desafio é como alocar bens intermediários para produtores de bens finais”, algo que “empresas como Walmart e Amazon não fazem, pelo motivo que elas distribuem bens ao invés de fazê-los”. Ademais, o problema dessas concepções é que “restringe o processo de tomada de decisões de uma sociedade socialista futura a focar estritamente a otimização: produzir o máximo possível usando menos recursos quanto possível” (BENANAV, 2020, s/p, tradução nossa). Além disso,

---

<sup>17</sup> Wesnergard dá o exemplo de uma compra comum de lápis ou de baterias alcalinas na Amazon: esses produtos já se encontram em algum depósito organizado pela Amazon e esse depósito se encontra mais próximo da casa de eventuais consumidores devido à possibilidade de antecipação da demanda agregada que as atuais tecnologias de Big Data fornecem. Mas não existiu alocação *ex ante* dos recursos nos processos de produção dos lápis ou das baterias: “Essas empresas [que produzem o que a Amazon distribui] recorrem ao mercado para adquirir os insumos que acreditam ser instrumental em seu esforço de gerar lucro” (tradução nossa).

“se o planejamento socialista for puramente algorítmico, executa as decisões de maneira semelhante às empresas capitalista” (*ibidem*, tradução nossa).

Problemas semelhantes existem na abordagem de Cockshott. Em uma crítica ao modelo de Cockshott e Cottrell, Bernes enfatiza o processo de dominação social indireta que é a dominação do valor sobre os produtores (2020):

Planificação central como articulada por Cockshott e Cottrell oferece liberdade e igualdade para as pessoas enquanto consumidoras mas mantém a não liberdade no campo da produção. Nesse âmbito, não conta como um sistema de produção “de homens livremente associados (...) sob seu controle planejado e consciente”. O controle que os trabalhadores têm sobre as condições de suas vidas (...) ainda é muito indireto, e muito mediado, para contar como controle consciente (BERNES, 2020, p. 65, tradução nossa).

Na medida em que, no modelo de Cockshott e Cottrell, o processo de distribuição de certificados de trabalho, os preços de mercado – como no modelo proposto por Lange – cumprem um papel ainda, de informar aos planejadores sobre o controle de oferta e demanda, ainda pode se falar em algum nível da manutenção da forma de valor e seu caráter de dominação social, apesar de “planejada”; se na sociedade capitalista a mediação indireta da socialização entre distintos trabalhos concretos se dá através do dinheiro, “nos sonhos dos socialistas cibernéticos, aparentemente encontraríamos um estado de coisas semelhante, mas com muito mais igualdade, um sistema automático agindo, via algoritmo, por trás dos sujeitos mas guiados por planejadores” (*ibidem*, tradução nossa):

A planificação central (...) é o nome para um sistema de mediações que visa redistribuir e controlar o trabalho humano na ausência de mercados competitivos, dinheiro, salários e lucro. Em sua variante cibernética, a proposta é por um controle automático impossível do trabalho, uma automação da política, e a redução de questões de como e onde as pessoas trabalham a assuntos totalmente técnicos. Isso é algo completamente distinto do “controle planejado e consciente” dos recursos por “homens livremente associados” que Marx imaginava (BERNES, 2020, p. 69, tradução nossa).

Essas críticas podem até mesmo ser estendidas ao debate “original” do cálculo econômico, desde as proposições de Lange e demais “socialistas neoclássicos”. Como afirma O’Neill, Lange pressupõe como dadas certas noções da qual Mises partiu para defender a manutenção das categorias mercantis no socialismo (1998, p. 113), particularmente aquelas sobre racionalidade técnica e comensurabilidade, o que faz com que aceite acriticamente certas posições. O que Lange quer demonstrar é que há uma solução técnica para as escolhas racionais em uma economia socialista, “dentro de uma forma de socialismo que tenha um mercado nos bens de consumo mas não nos bens de produção” (O’NEILL, p. 119, tradução nossa), o que para O’Neill implica aceitar a noção de Mises sobre a racionalidade no processo de cálculo depender necessariamente do dinheiro.

Ademais, a posição de Lange sobre a manutenção das categorias mercantis fica clara em um texto de 1944, no contexto de uma discussão específica sobre a atuação da lei do valor na URSS. Ao que consta, a primeira vez que documentos oficiais soviéticos afirmam a existência da lei do valor no socialismo soviético foi a partir da publicação de um artigo anônimo “O ensinamento de economia na URSS” (1944) em que se nota que até então os manuais de economia anteriores defendiam a não existência da lei do valor, mas isso foi um equívoco, e agora ela deve ser considerada como atuante na URSS: “após a abolição do capitalismo, a sociedade socialista através de seu Estado subordina a lei do valor e faz uso consciente de seu mecanismo (dinheiro, comércio, preço, etc.) sob os interesses do socialismo, nos interesses da direção planejada da economia nacional” (p. 519, tradução nossa), e o cálculo das medidas de trabalho deveria se dar através do valor (p. 522)<sup>18</sup>.

Ao comentar essa posição, Lange, como vimos anteriormente, considerava a necessidade dos planejadores aproximarem o preço dos valores, a partir de um processo de tentativa e erro, e ao mesmo tempo via que o valor

---

<sup>18</sup> Esse reconhecimento da existência da lei do valor no socialismo foi peça de discussão desde a tradução do artigo por Raya Dunayevskaya na *American Economic Review*. Para ver os distintos posicionamentos, ver BARAN (1944), LANGE (1945), ROGIN (1945) e DUNAYEVSKAYA (1944).

poderia ser instrumentalizado de maneira consciente em uma economia socialista<sup>19</sup>, sublinhando não ser ele uma legalidade capitalista, se referindo à divisão entre “produção de mercadorias” e “produção capitalista” que existiria na obra de Marx (LANGE, 1945, p. 129, tradução nossa). Contudo, Lange se equivoca, pois essa divisão não existe; Marx já supõe uma economia capitalista desde o início do Livro I. Na seção I, Marx trata apenas da produção mercantil, antes da categoria do capital, pelo nível de abstração necessário à exposição do seu objeto. Lange também afirma que “Marx espera que as mercadorias sejam precificadas de acordo com seu valor no socialismo” (ibidem, tradução nossa), afirmação que não apenas contraria a concepção de socialismo pelo velho mouro, como é algo que imputa ele a Proudhon, de maneira crítica. Tais afirmações de Lange eram comuns na URSS, em que se defendia a existência de uma “produção socialista de mercadorias” a partir dessa suposta divisão entre economia mercantil simples e economia capitalista.

Portanto Lange concebe a planificação socialista como um processo que não apenas não rompe com a forma mercadoria como tal ruptura não é vista como um objetivo do ponto de vista do socialismo, dado que considera que o papel da planificação é a realização da troca de equivalentes através dos cálculos que não visariam, por sua vez, senão a equivalência entre preços e valores. É por isso que O’Neill objetiva aqui recuperar a posição de Neurath (1973) no debate sobre o cálculo econômico, objeto de discussão de Mises desde o início de suas críticas ao socialismo<sup>20</sup>. O’Neill no mesmo

---

<sup>19</sup> Não apenas isso, Lange considera a “teoria do valor-trabalho” incorreta para o socialismo a partir da defesa da teoria marginal e considera as diferenças entre a teoria marginal e a teoria do valor-trabalho, e o seu aparente uso numa sociedade socialista, como de ordem técnicas. Lange afirma que o motivo é que como existem produtos que possuem a mesma quantidade de trabalho, esses teriam o mesmo valor, o que o tornaria uma medida inadequada para uma alocação planejada de recursos. Lange aqui além de confundir tempo de trabalho socialmente necessário com o trabalho efetivamente gasto também parece considerar que a teoria do valor é uma teoria dos preços. A partir disso, uma economia planejada poderia, portanto, escolher diferentes teorias do valor enquanto diferentes “técnicas” para a alocação de recursos. O problema é que não se trata de uma valoração técnica, mas sim que o valor é uma relação social.

<sup>20</sup> O’Neill nota que Lange não cita em nenhum momento a posição de Neurath – criticado por Mises, Weber e Hayek no debate do cálculo econômico – que propunha um cálculo *in natura*, sem o uso do preço.

sentido considera que Hayek tem certo mérito em transformar o debate de uma questão técnica em um questionamento epistêmico da posição de Lange (e também da de Mises)<sup>21</sup>.

Neurath, em contraste com Lange, vai defender portanto a utilização do cálculo *in natura*, sem a existência de dinheiro, como forma de alocação dos recursos. Na verdade Neurath era o principal alvo das posições de Mises, e por isso Mises inicia sua exposição sobre a impossibilidade técnica do socialismo argumentando contra a própria possibilidade de um cálculo *in natura* para sociedades mais complexas; é apenas depois disso que Mises aborda a necessidade de um cálculo a partir do preço. Benanav, que também retoma as posições de Neurath, considera que outro mérito de Neurath foi justamente se afastar da posição de Lange de considerar uma sociedade “algorítmica” algo a ser replicado. Esse processo de planejamento socialista exige pois não uma autoridade central e uma única unidade monetária de cálculo, mas um forte elemento de descentralização e democratização das decisões:

(...) planejadores especialistas reduzindo a “série ilimitada de planos econômicos” que são possíveis para alguns poucos “exemplos característicos”. Esses planejadores fazem os cálculos algorítmicos, que clareiam as opções sobre as quais as pessoas devem decidir. (...) No Modelo de Neurath, as decisões feitas coletivamente, no mais alto nível, se arrastariam para o resto

---

<sup>21</sup> O'Neill afirma a distância tanto de Hayek como de Neurath com relação a Mises: “Ao tornar centrais questões epistêmicas, Hayek transforma o problema: sua contribuição não é de maneira nenhuma um debate sobre cálculo socialista. Quando Hayek questiona Lange, pois ‘a afirmação de que em uma ordem socialista o cálculo econômico é possível, é substituída pela afirmação que a contabilidade econômica é possível sem preços de mercado’, ele está enfatizando mais a sua própria distância de Mises do que de Lange. As objeções de Mises à possibilidade de cálculo racional em um socialismo não-mercantil, assim como as de Weber, podem ser compreendidas como problemas contábeis (...) Não é Lange que se distancia de Mises aqui, mas Hayek. Na obra de Hayek, a questão do cálculo é em grande medida ausente. Sua grande contribuição é tentar demonstrar como, tendo um mercado, pode haver decisões racionais sem um procedimento de cálculo para comparar diferentes opções sociais. Ao fazer esse movimento, a posição de Hayek é mais próxima de Neurath do que de Mises. Isso é particularmente evidente em suas críticas tardias ao ‘racionalismo’ que tem muito em comum com o ataque de Neurath ao ‘pseudorracionalismo’. Nem Hayek nem Neurath aceitam um modelo cartesiano de escolha racional como aplicação de regras técnicas a dados perfeitos” (O’NEILL, 1998, p. 120, tradução nossa).

da economia, para serem implementadas em várias indústrias e locais de trabalho (BENANAV, s/p, tradução nossa).

É este elemento que O'Neill considera que demarca Lange e Mises de Neurath e Hayek: esta defesa da descentralização e dos limites de uma sociedade “algorítmica”, algo também ressaltado por Eleutério Prado (2014). Como Hayek tem que considerar que o mercado é o local das informações descentralizadas e concebe socialismo como a autoridade central planificadora passando as informações *top-down*, perde-se de vista o conteúdo do socialismo em Marx.

Eleutério enfatiza que o fundamental da crítica marxista não era opor economia de mercado e anárquica, de um lado, e, do outro, uma economia centralmente organizada e administrada. A anarquia típica do modo de produção capitalista não se refere a seu caráter descentralizado e desregulamentado, mas sim à regulação da lei do valor, “que depende de um processo inconsciente, cego e alienado de regulação fundado na constituição do trabalho abstrato” (PRADO, 2014, p. 67), fato que Hayek se recusa a analisar colocando Marx como “um inimigo dos processos sociais espontâneos” (*ibidem*). Marx, por sua vez, critica o caráter irracional, destrutivo e anárquico do modo de produção capitalista porque “esta espontaneidade é a aparência naturalizada de um antagonismo social em processo que é, ao mesmo tempo, extraordinariamente dinâmico e terrivelmente dilacerador” (PRADO, p. 71).

Na visão de Eleutério, o problema posto por Hayek sobre a impossibilidade da centralização em uma autoridade de todas as informações, embora feito para elogiar a eficácia do mercado como o dispositivo adequado a essa dispersão de informações, coloca em xeque a noção de planejamento centralizado e “pretensões centralistas” mas não a concepção de Marx sobre planejamento. Também são rejeitadas a visão de “socialismo de mercado”, que aceita os argumentos de Mises para aderir a instrumentos de mercado

no seio do próprio socialismo<sup>22</sup>, e a possibilidade dos avanços tecnológicos na computação resolverem o problema da complexidade informacional no seio do socialismo, como as abordagens que citamos acima, tanto de Cockshott como de Glushkov, Beer, Morozov e Phillips e Rosworski: “o marxismo tem caído, mesmo se a ele se opõe, numa pretensão cientificista, estrategista e tecnocrática que se eleva do próprio modo de produção capitalista. Pois essa pretensão, por estranho que pareça, nutre-se ainda de uma crença na acumulação de capital” (p. 63), e essas concepções então querem “mudar o comando, mas não o trem do progresso” (*ibidem*). Segundo Prado: “o problema da complexidade da informação e do conhecimento é um problema realmente existente – e não algo que possa ser superado por uma racionalidade tecnocrática capaz de imaginar um socialismo de computadores” (p. 73). De todo modo, Eleutério parte da rejeição tanto das pretensões de um “modo de produção centralmente planejado” como de um socialismo de mercado. Como vimos anteriormente, isso se observa na própria obra de Marx em suas referências ao socialismo como a negação do caráter inconsciente do capitalismo.

---

<sup>22</sup> Concordamos com as proposições postas por Eleutério, e por óbvio isso não indica que um processo de transição socialista deva abolir de imediato as relações mercantis mas sim que a transição se dá quando se revolucionam as relações de produção de modo que se consiga superar a forma mercadoria. David McNally (1993), enfatizando a dimensão antimercadológica do socialismo, considera que a adesão de grande parte dos socialistas às reformas de mercado, a modelos que consideram o papel do mercado no socialismo, acaba por levar a cabo formas de regulação do mercado dentro da economia socialista, transformando essa em uma economia baseada na troca de mercadorias, quando não transformando a própria força de trabalho em mercadoria: “Enquanto relações não-exploradoras poderiam de fato existir no contexto de vários mecanismos de mercado subordinados à planificação socialista(...) não é esse o argumento feito pelos socialistas de mercado modernos. Eles defendem a superioridade do mercado enquanto regulador da vida econômica. Ainda assim, a regulação pelo mercado em um contexto no qual ‘trabalhadores controlam a política e as empresas’ pressupõem que, estabelecendo a propriedade social e controle da produção e do Estado pelos trabalhadores, os trabalhadores aceitariam que os salários, condições, horas e a estrutura e intensidade do processo de trabalho devessem ser ditados pela produção para o mercado a partir da lei do valor” (MCNALLY, p. 183, tradução nossa). Daí deriva a sua crítica ao posicionamento de Diane Elson em um ensaio da *New Left Review* (1988). Elson defende que a socialização da vida econômica implica não a superação da forma mercadoria mas sim o “acesso à informação”, e um modelo descentralizado de socialismo implica um mecanismo de preços descentralizados: “No fim, os ‘mercados socializados’ de Elson incorporam uma contradição fundamental: a coexistência de lógicas mercantis e não-mercantis de regulação econômica. Um ou outro deve em última instância assegurar sua dominância. Se Elson afirma que ela sempre pretendeu que o mercado fosse subordinado à lógica da socialização, ela terá que aceitar que seu modelo não terá um ‘mecanismo de preço descentralizado’ genuíno e nem irá, rigorosamente falando, se pautar na escolha entre alternativas econômicas a partir de preços monetários” (MCNALLY, p. 215, tradução nossa).

É sob esse viés que se direciona a noção de planejamento e planificação na obra de Marx e em sua concepção de socialismo: não em um sistema determinado sob uma autoridade central que organiza e mobiliza todas as informações e aloca seus recursos de forma centralizada, mas em uma negação do processo inconsciente e indireto do capital, que Eleutério chama de “totalidade descentrada” (p. 76). O problema de Hayek é não compreender que o que ele chama de “Grande Sociedade”, que seria uma sociedade altamente complexa que consegue coesão e coordenação social sem a necessidade de transparência e discussão prévia<sup>23</sup>, na verdade impõe sim um grande propósito a seus participantes, propósito este que de fato independe de discussão prévia, mas que é a valorização sem fim de valor, o motor perpétuo da acumulação de capital. Tanto os capitalistas como os trabalhadores estão sujeitos a esse processo que escapa de seu controle.

#### 4. Tempo de trabalho e o problema da forma

Além do modelo de Neurath como uma proposta de cálculo não-mercantil, também há a proposta elaborada pelo militante “comunista de esquerda” Jan Appel, através do “Grupo Comunista Internacionalista” (GIK), baseada nos certificados de trabalho propostos por Marx na *Crítica ao Programa de Gotha*<sup>24</sup>, a qual foi chamada de “Princípios da Produção e Distribuição Comunista” [Grundprinzipien] (1930). Nesse modelo, a base distributiva são os certificados de trabalho, a partir do trabalho concreto de cada membro da sociedade, sem a possibilidade de troca mercantil. Além de outros elementos, Bernes destaca um aspecto importante do documento elaborado

---

<sup>23</sup> Como afirma Hayek: “Na Grande Sociedade todos nós de fato contribuimos não apenas para a satisfação das necessidades das quais não sabemos, mas algumas vezes até para a conquista de objetivos com os quais não concordaríamos se soubéssemos deles. Não podemos ajudar nisso porque não sabemos para quais propósitos os bens ou serviços que fornecemos a outros serão usados por eles. Que nós ajudemos na realização dos objetivos de outras pessoas sem partilharmos deles ou até conhecê-los, e apenas com os fins de conquistar nossos próprios objetivos, é a fonte de força da Grande Sociedade” (1982, p. 269-270, tradução nossa).

<sup>24</sup> Segundo Bernes (2021, p.16), Appel afirma só ter lido a *Crítica do Programa de Gotha* após ter terminado o manuscrito, estando este portanto baseado nas suas leituras dos três livros do *Capital* enquanto estava na prisão. Sobre isso, ver sua autobiografia (APPEL, 1966).

por Appel: a distinção feita entre “estabelecimentos produtivos” e “estabelecimentos para uso social geral” (USG). Enquanto “o primeiro produz bens para distribuição através de certificados de trabalho, assim como os meios de produção que esses bens exigem, o segundo produz bens distribuídos livremente para todos: educação, saúde, administração” (BERNES, 2021, p. 15, tradução nossa):

Ademais, os trabalhadores de ambos os tipos de estabelecimentos são compensados em certificados de trabalho pelo tempo trabalhado. A produção dos estabelecimentos de USG só conta então enquanto reduz o FCI<sup>25</sup> (...) Com mais e mais setores da produção se convertendo à produção de USG, o FCI cai, e o sistema de comunismo de conselhos caminha rumo a uma transcendência dos certificados de trabalho. Os autores do Documento parecem pensar que o acesso livre e a distribuição sem certificados é uma assíntota que a curva de desenvolvimento produtivo nunca chega a atingir, pois a produção de itens especiais que apenas alguns trabalhadores desejam nunca pode ser feita em uma base USG. Assim, os certificados permanecerão em uso para uma pequena parcela de necessidades especiais, enquanto a maior parte do que os trabalhadores consomem estará disponível sob demanda e sem restrições. O Grundprinzipien, portanto, leva muito a sério a afirmação de Marx de que o certificado é apenas um estado de coisas transitório (*ibidem*, tradução nossa).

Bernes considera que o mérito de Appel e das demais pessoas do GIK que escreveram o documento consiste em compreender que Marx pensa o valor enquanto dominação social sobre os produtores e o socialismo como a produção social direta sem a mediação do valor:

Appel e seus coautores compreendem que, para Marx, a “Lei do valor” é uma estrutura de heteronomia, “um sistema que se eleva como uma força externa sobre os produtores”, compelindo suas ações. No sistema que propõem, do outro lado, “em uma sociedade em que as relações dos produtores com o

---

<sup>25</sup> FCI diz respeito a “Fator de Consumo Individual”: é a fração de uma hora média de produto social do qual os trabalhadores recebem por cada hora trabalhada. Antes da distribuição ocorrer, deve haver as deduções do produto social total a partir da distribuição dos bens de consumo geral, bem como outras possibilidades de utilizar o excedente social. A média de todas essas deduções em relação ao produto total forma um Fator de Consumo Individual.

produto são diretamente expressas”, esse perigo não existe (...) A diferença chave aqui é que a determinação dos preços não ocorre automaticamente e invisivelmente. Não se realiza através do comportamento “de lei” do mercado, mas através das decisões dos trabalhadores e consumidores (...) O processo não ocorre por trás dos trabalhadores, mas conscientemente (BERNES, 2021, p. 16, tradução nossa).

Esse processo implica então duas considerações: o tempo de trabalho e a possibilidade de uma forma não-mercantil de alocação de recursos. Entre os chamados “comunistas de esquerda”, com base na corrente francesa dirigida por Gilles Dauvé, foi comum a crítica a tais certificados de trabalho por manterem a forma valor, retomando a crítica de Marx aos certificados proudhonianos. Essa crítica se dirige ao próprio GIC, no caso. No texto de Marx da *Crítica ao Programa de Gotha*, não é correto igualar seus certificados de trabalho com a proposta proudhoniana, pois os certificados fornecidos para a troca entre trabalho e os produtos da sociedade não podem ser utilizados como dinheiro, pois, como não há troca de mercadorias, eles não circulam. Tais certificados são radicalmente distintos dos certificados de Proudhon e Darimon, pois estes últimos visavam estabelecer a distribuição de certificados de trabalho mantendo a troca de mercadorias e tomando-os pela realização do valor justo em uma troca de equivalentes. Por isso David Adam argumenta em resposta à crítica de Gilles Dauvé que “Marx não via essa ‘economia do tempo’ como idêntica à lei do valor, porque a lei do valor definitivamente não representa qualquer medida consciente. Esse é o erro fundamental da caracterização do GIC [Grupo de Comunistas Internacionalista] como a defesa do domínio do valor” (ADAM, s/a, tradução nossa). Bernes, criticando Dauvé, aponta que nesse contexto não há valor, mas entre essas desigualdades existe algo semelhante ao trabalho abstrato:

O trabalho abstrato está mais perto do elemento de medida que Dauvé quer tornar idêntico à forma de valor. O trabalho abstrato equivale dois atos mercantilizados de trabalho e representa seu conteúdo em uma terceira mercadoria, o dinheiro. Cria igualdade através da desigualdade, uma que, como Marx insiste, ainda persiste no esquema de certificados de trabalho.

O Valor, em contraste com o trabalho abstrato, é quando as magnitudes de trabalho abstrato são vistas como uma propriedade das coisas mesmas e quando essas propriedades, em si mesmas, compelem as decisões dos trabalhadores e capitalistas. Se eu trabalho oito horas fazendo sapatos, e produzo seis pares de sapatos e recebo seis horas de riqueza social, mas o meu amigo Joshua faz oito pares de sapatos em seu local de trabalho, também recebendo seis horas de riqueza social, então temos algo semelhante ao trabalho abstrato, no qual a massa de produtos correspondente à seis horas de riqueza social representa o contexto de dois trabalhos totalmente distintos. É isso que Marx pensa quando se refere à manutenção do direito burguês, uma igualdade abstrata que só pode ser mapeada a partir de desigualdades existentes. A maior produtividade de Joshua não atrapalha a distribuição de meus produtos e nem atrai mais capital para sua maior taxa de lucro (...) Se os conselheiros de trabalhadores quiserem, em resposta a essa desigualdade, elevar a minha produtividade, isso deve ser feito através de decisão política e distribuição direta. Não existe nada no sistema que me force a trabalhar mais (BERNES, 2021, p. 28, tradução nossa).

Contudo, mesmo Paul Mattick, que organizou a reedição de 1970 do manual do GIC, embora não afirme que essa média baseada no tempo de trabalho seja o mesmo que o valor, considera certos limites nessa proposta a partir da conjuntura do capitalismo contemporâneo, o qual tornava o próprio tempo de trabalho supérfluo como média distributiva do socialismo, tornando possível a distribuição segundo as necessidades sem um período transitório:

Nos países capitalistas desenvolvidos, ou seja, nos países onde é possível uma revolução socialista, as forças produtivas sociais estão suficientemente desenvolvidas para produzir meios de consumo em superabundância. Mais da metade de toda a produção capitalista (...) não tem nada a ver com consumo humano real, mas apenas fazem sentido na economia irracional da sociedade capitalista. É claro, então, que, sob as condições de uma economia comunista, tantos bens de consumo poderiam ser produzidos que qualquer cálculo de sua somas individuais de média socialmente necessária de tempo de trabalho seria supérflua (...) Também pode ser possível que uma destruição parcial das bases da produção como consequência da luta de

classes necessária para a transformação social poderia descartar a distribuição segundo o tempo de trabalho, portanto sem com isso impossibilitar uma forma igualitária de distribuição, através do racionamento, por exemplo. E essa distribuição igualitária pode de fato ser determinada pelos próprios trabalhadores, tornando desnecessária a dura necessidade de cálculo do tempo de trabalho. Mas os Princípios Fundamentais assumem um sistema econômico comunista “normal”, isto é, um sistema que já foi estabelecido e que está operando em suas próprias condições de reprodução. Nestas condições, uma forma de distribuição ligada ao tempo de trabalho parece supérflua (1970, s/p, tradução nossa).

Isso é relevante pois a liberação do tempo de trabalho e sua relação com a sociedade comunista é destacada por Marx não apenas na *Crítica do Programa de Gotha* mas também nos *Grundrisse*. Marx no “Fragmento sobre as Máquinas” destaca o processo de substituição de trabalho vivo por máquinas engendrado pelo próprio capital. Esse processo faz com que, “à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado” (MARX, 2011, p. 587). O trabalhador nesse processo deixa de ser o “produtor direto” para ser “muito mais supervisor e regulador” (p. 588). A forma com que Marx se refere a esse processo indica tanto que esse processo já se desenvolve desde as tendências em curso do capitalismo<sup>26</sup> quanto considera ele a “medida de riqueza” do comunismo como o tempo livre:

Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com

---

<sup>26</sup> Eleutério Prado (2010) ressalta, a partir tanto de Postone como de sua leitura da tese de Ruy Fausto (2002) sobre a pós-grande indústria, como certas tendências do neoliberalismo permitem recapturar a subjetividade no processo de produção, o que traz consequências tanto para os desafios da transição socialista hoje como demole várias das tendências do chamado “marxismo tradicional”, que enfatizava a planificação centralizada e o papel da grande indústria na criação das condições desta.

isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despedido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo (*ibidem*).

O problema do cálculo e as questões referentes à contabilidade do tempo de trabalho estão em algum nível relacionadas. Lenin, por exemplo, destacou os processos de socialização da produção levados a cabo pela grande indústria e pelos monopólios e as tarefas voltadas à planificação socialista nos termos da contabilidade nacional ao afirmar que “é um único caminho que leva tanto ao capitalismo de Estado de larga escala quanto ao socialismo, através do único estágio intermediário chamado de ‘contabilidade e controle nacional da produção e distribuição’” (1918), bem como diferenciou a nacionalização dos meios de produção de sua socialização a partir da capacidade de contabilidade na alocação dos recursos: “a socialização distingue-se exatamente da simples confiscação em poder-se confiscar apenas com ‘decisão’, sem saber contar corretamente e distribuir corretamente, mas é impossível socializar sem saber isto”. A visão de Lenin é relevante, pois é o que fundamentava a sua posição referente ao taylorismo e sua aplicação na URSS: considerar o problema da produção como algo técnico, ligado ao tempo de trabalho e produtividade, e a transformação socialista como concernente à integração em larga escala dessa produção e a participação das massas nas tarefas administrativas e de contabilidade, possibilitada pela redução da jornada de trabalho<sup>27</sup>.

Ainda sustentando o cálculo em tempo de trabalho, Engels afirma que “a referida ponderação de utilidade e dispêndio de trabalho na decisão a ser tomada quanto à produção é tudo o que resta do conceito de valor da economia política numa sociedade comunista” (2011, p. 343), ao mesmo tempo que assevera que isso é resolvido de “maneira bem simples”, dado que “a

---

<sup>27</sup> Sobre isso, ver LINHART (1983).

utilidade dos diversos objetos de uso, ponderados entre si e em relação às quantidades de trabalho necessárias para sua confecção, determinará em última análise o plano. As pessoas resolvem tudo de maneira bem simples, sem a interveniência do tão aclamado ‘valor’” (*ibidem*).

É nesse sentido que acreditamos ser necessário enfatizar que o que é relevante com relação ao cálculo são menos as questões técnicas para a sua determinação e o papel ou não do tempo de trabalho – embora é importante destacar que eventualmente a sua relevância deve diminuir se tivermos como perspectiva a distribuição segundo as necessidades sociais e a libertação do trabalho – e sim a forma social da produção, mais especificamente a transformação revolucionária desta.

## 5. Considerações finais

A posição de Engels sobre a “simplicidade” dos cálculos se dá por conta da superação da forma valor, algo que parece ausente dos escritos de Lange – pela sua própria posição equivocada sobre a teoria do valor – e de muitos outros participantes dos debates sobre o cálculo, mesmo nas suas variantes contemporâneas, como Cockshott, que também toma o valor como algo aistórico e neutro. Portanto Engels não está se baseando em cálculos monetários mas sim no que Marx chamou de “economia do tempo de trabalho”. Charles Bettelheim (1975) diferencia o cálculo monetário de um “novo tipo de cálculo” possível sob o socialismo e destaca por que não faz sentido pensar a planificação socialista como a determinação da magnitude do valor – como na proposta de Cockshott – ou a equivalência entre valor e preço – como na proposta de Lange:

Se, no modo de produção capitalista, a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário é a medida de valor (...) então a “necessidade social” implícita no conceito de tempo de trabalho socialmente necessário é a da apropriação da mais-valia (...) Consequentemente, no MPC a utilidade social ou o efeito socialmente útil das várias formas de trabalho só se manifestam em sua capacidade de produção de mais-valia ou de auxiliar esta em

sua produção ou crescimento (...) [Com a transição socialista] o objetivo da produção não é mais a apropriação de mais-valia mas a satisfação de necessidades sociais. A partir disso, o espaço teórico não é mais o do valor e preço mas sim dos “efeitos úteis” do trabalho, e portanto sua utilidade social. O conceito de “tempo de trabalho socialmente necessário” assume um significado radicalmente distinto aqui com relação a este no MPC. Sua medida agora não é da produção de mais-valia (ou a relação do trabalho excedente com o necessário) mas a “utilidade social” produzida pelos vários tipos de trabalho (1975, p. 11-12, tradução nossa).

O que nos interessa sobre o cálculo econômico, seja nas variantes do início do debate, seja nas tentativas de autores contemporâneos de retomá-lo, é o fato de que o grosso dos seus participantes tendeu a conceber o cálculo e a planificação como um controle positivo das categorias do capital, enfatizando então certos aparatos técnicos como forma de garantir esse controle de maneira mais eficiente e racional, ou mimetizando as categorias da economia capitalista. Ademais a quase totalidade destes autores levantaram modelos que visam replicar, de uma ou outra maneira, o funcionamento das economias capitalistas e sua finalidade de valorização sem fim, não à toa mantendo as categorias próprias da forma valor em uma economia centralmente administrada. Da mesma forma que Marx criticou Proudhon por este conceber o valor como algo normativo no qual a sociedade socialista deveria se basear e realizar, tal crítica parece ainda válida para grande parte dos debates sobre o cálculo econômico no socialismo, dado que mantém a forma social baseada na mercadoria e no valor.

## Referências

- ADAM, David. *Marx's critique of socialist labor-money schemes and the myth of council communism's Proudhonism*. Sem ano. Disponível em: <<https://libcom.org/article/marxs-critique-socialist-labor-money-schemes-and-myth-council-communisms-proudhonism-david>>. Acesso em: 16/06/2023
- ANÔNIMO. Teaching of Economics in the Soviet Union. In: *The American Economic Review*, vol. 34, n.3, p. 501-530, 1944.
- APOLITO, Aurora. *The Problem of scale in anarchism and the case for cybernetic communism*. 2020. Disponível em: <<https://www.its.caltech.edu/~matilde/ScaleAnarchy.pdf>>. Acesso em: 16/06/2023
- APPEL, Jan. *Autobiography of Jan Appel*. 1966. Disponível em: <<https://libcom.org/article/autobiography-jan-appel>>. Acesso em: 16/06/2023
- BARAN, Paul. New Trends in Russian economic thinking? In: *The American Economic Review*, vol. 34, no.4, p. 862-871, 1944
- BARONE, Enrico. Ministry of production in the collectivist state. In: NOVE, A.; NUTI, M. (org.). *Socialist economics*. London: Penguin, p. 52-74, 1972
- BARBIERI, Fábio. *História do debate do cálculo econômico socialista*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.
- BENANAV, Aaron. How to Make a Pencil. In: *Logic Magazine*, n. 12: 2020.
- BERNES, Jasper. Planning and Anarchy. In: *South Atlantic Quarterly*, 119 (1), p. 53-73, 2020.
- BERNES, Jasper. *The Test of Communism*. 2021. Disponível em: <<https://cominsitu.files.wordpress.com/2021/03/the-test-of-communism.pdf>>. Acesso em 16/06/2023
- BETTELHEIM, Charles. *Economic Calculation and Forms of Property: An Essay on the Transition between Capitalism and Socialism*. New York: Monthly Review, 1975.
- BRATTON, Benjamin. *The Stack: On Software and Sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2016.
- CAMARINHA LOPES, Thiago. Technical or political? The socialist economic calculation debate. In: *Cambridge Journal of Economics*, Volume 45, ed. 4, p. 787-810, 2021.
- COCKSHOTT, Paul; COTTRELL, Allin. Calculation, Complexity and Planning: The Socialist Calculation Debate Once Again. In: *Review of Political Economy*, vol. 5, n. 1, p. 73-112, 1993.
- COMMUNISTS, Group of Internationalist. *Principles of Communist Production and Distribution*. 1930. Disponível em: <<https://files.libcom.org/files/GIK-%20Fundamental%20Principles%20of%20Communist%20Production%20and%20Distribution.pdf>>. Acesso em: 16/06/2023
- DUNAYEVSKAYA, Raya. A New Revision of Marxian Economics. In: *The American Economic Review*, vol. 34, n. 3, p. 531-537, 1944
- ELSON, Diane. Market Socialism or socialization of the market? In: *New Left Review*, 11/172; 1988
- ELLMAN, Michael. *Planejamento Socialista*. Tradução: Waltensir Dutra. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1980
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.
- Fausto, Ruy. *Marx: Lógica e Política: Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*. Tomo III. Editora 34: São Paulo, 2002.
- HAYEK, F.A. Economics and Knowledge. In: *Economica*, vol. 4, n. 13, p. 33-54, 1937
- HAYEK, F.A. El Uso del Conocimiento en la Sociedad. In: *Estudios Públicos*, n. 12, 1983.
- HAYEK, F.A. *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*. London; New York: Routledge, 1982

- HAYEK, F.A. *O Caminho da Servidão*. Tradução: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HAYEK, F.A. The meaning of competition. In: HAYEK, F.A. *Individualism and Economic Order*. Chicago: University of Chicago Press, 1948
- HAYEK, F.A. The Theory of Complex Phenomena. In: BUNGE, Mario (org.). *The Critical Approach to Science and Philosophy. Essays in Honor of K. R. Popper*. MacMillan Publishing Co. Inc., 1964.
- KAMINSKA, Izabella. *Digital money, negative rates as Gosplan 2.0*. 2016. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/7736bc74-f0ac-3acd-84e0-ecac75c7c51a>>. Acesso em 16/06/2023.
- LANGE, Oskar; TAYLOR, F. *On the Economic Theory of Socialism*. New York: McGraw-Hill, 1956.
- LANGE, Oskar. Marxian Economics in the Soviet Union. In: *The American Economic Review*, Vol. 35, No. 1, p. 127-133, 1945.
- LANGE, Oskar. Computer and the Market. In: FEINSTEIN, C.H. (org.). *Socialism, Capitalism and Economic Growth: Essays presented to Maurice Dobb*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Acerca do Infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês*. 5 de maio de 1918. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/05.htm>. Acesso em: 16/06/2023.
- LINHART, Robert. *Lenin, Os Camponeses, Taylor*. Tradução: Daniel Aarão Reis e Lucia Aarão Reis, Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.
- MARX, Karl. *Crítica del Programa de Gotha*. Fundacion Federico Engels, Madrid: 2004
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011
- MATTICK, Paul. *Introduction*. 1970. Disponível em: <<https://libcom.org/library/introduction-paul-mattick>>. Acesso em: 16/06/2023
- MAYER-SCHÖNBERGER, V. & RAMGE, T. *Reinventing Capitalism in the Age of Big Data*. New York: Basic Books, 2018.
- MCNALLY, David. *Against the Market: Political Economy, Market Socialism and the Marxist Critique*. London; New York: Verso Books, 1993.
- MEDINA, Eden. *Cybernetic revolutionaries: technology and politics in Allende's Chile*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2011
- MISES, Ludwig von. *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*. Alabama: Ludwig Von Mises Institute, 1990.
- MOROZOV, Evgeny. Digital Socialism: The Calculation Debate in the Age of Big Data. In: *New Left Review*, 116/117, 2019.
- MOROZOV, Evgeny. Socialize the Data Centres! In: *New Left Review*, 91, jan-fev, 2015.
- MOROZOV, Evgeny. *Tech Titans are privatizing our Data*. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/24/the-new-feudalism-silicon-valley-overlords-advertising-necessary-evil>>. Acesso em: 16/06/2023
- NAYERI, Kamran. Socialism and the Market: Methodological lessons from the Economic Calculation Debate. In: *The Work of Karl Marx and challenges for the XXI Century conference*, Institute of Philosophy, Havana, Cuba, May 5-7, 2003
- NEURATH, Otto. *Through War Economy to Economy in Kind*. In: NEURATH, Otto. *Empiricism and Sociology*. Dordrecht: Reidel, 1973.
- NOVE, Alec. *The economics of feasible socialism*. London: George Allen & Unwin, 1983

- O'NEILL, John. Markets, Socialism and Information: A Reformulation of a Marxian Objection to the Market. In: *Social Philosophy and Policy*, 6 (2), p. 200-210, 1989.
- O'NEILL, John. *The Market: Ethics, Knowledge and Politics*. London and New York: Routledge, 1998.
- PHILLIPS, Leigh; ROZWORSKI, Michal. *People's Republic of Walmart: How the world's biggest corporations are laying the foundations for socialism*. London/New York: Verso Books, 2019.
- PRADO, Eleutério F. Do socialismo centralista ao socialismo democrático. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 39, p. 60-77, outubro, 2014.
- PRADO, Eleutério F. *Hayek: a competição e a rivalidade contra o socialismo*. 2019a. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2019/07/hayek-a-competicao-e-a-rivalidade-contra-o-socialismo.pdf>>. Acesso em: 16/06/2023
- PRADO, Eleutério F. *Mises: o socialismo como impossibilidade prática*. 2019b. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2019/07/mises-o-socialismo-como-impossibilidade-pratica.pdf>>. Acesso em: 16/06/2023
- PRADO, Eleutério F. *Pós-Grande Indústria e a Renovação do Socialismo*. 2010. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-texto-183.pdf>>. Acesso em: 16/06/2023
- RAO, Eduardo Martins. Transições do Capitalismo ao Socialismo e/ou Pós-Capitalismo no Século XXI: Breve Síntese do Debate. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 60, maio 2021.
- ROGIN, Leo. Marx and Engels on Distribution in a Socialist Society. In: *The American Economic Review*, vol. 35, ed. I. I., p. 37-43, 1945.
- ROEMER, J. *A future for socialism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 1994.
- SAROS, Daniel. *Information Technology and Socialist Construction: The End of Capital and the Transition to Socialism*. New York: Routledge, 2014
- WESTERGARD, Bjorn. *Review: People's Republic of WalMart*. Sem ano. Disponível em: <http://socialistplanning.org/posts/review-peoples-republic>. Acesso em: 16/06/2023